

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N ° 320**

Período: 28/02/2009 a 06/03/2009

GEDES - Brasil

- 1- Opiniões diferentes no governo acerca da Lei da Anistia
- 2- Comandante Militar do Oeste é transferido
- 3- Militar do Exército foi promovido mesmo sob suspeita de crimes
- 4- Documentos e investigações sobre a Ditadura Militar brasileira suscitam novas ações e opiniões
- 5- Estratégia Nacional de Defesa é questionada por autoridades
- 6- Programa F-X2 está em fase final de escolha
- 7- Chefe do Estado Maior Conjunto estadunidense visita a Amazônia

1- Opiniões diferentes no governo acerca da Lei da Anistia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou no dia 26/02/09 que a Lei de Anistia (1979) deve ser respeitada, alegando que a mesma abarcou todos os envolvidos e que não cabe ao governo interferir na questão. Para o Presidente, a Justiça é a instituição responsável por decidir se deve ou não ocorrer algum tipo de revisão, embora os setores governamentais da Casa Civil, Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos tenham se declarado favoráveis a isso, enquanto o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa e a Advocacia Geral da União (AGU) são contra, defendendo o caráter “amplo, geral e irrestrito” da Lei. O embate teve início quando a AGU, ainda em 2008, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma posição de defesa da União no processo movido pelo Ministério Público Federal contra os militares reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel. O processo levantado pretende responsabilizar os militares pelo desaparecimento, morte e tortura de 64 pessoas. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o diretor da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, solicitou no dia 27/02/09, durante um evento da sessão da Comissão de Anistia, ocorrida na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que os indivíduos, bem como familiares, que sofreram com a violência no regime militar façam um movimento para levantar indagações sobre a abrangência da Lei da Anistia, pois Vannuchi acredita que apenas um grande número de ações movidas contra os militares poderá mobilizar o STF a favor de uma revisão da Lei. De acordo com os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, o Ministério Público Federal entrou no dia 02/03/09 com uma Ação Civil pública na 11ª Vara Cível Federal de São Paulo. Tal ação tem por objetivo que a Justiça declare a responsabilidade de agentes públicos, da União e do governo do Estado de São Paulo pelo assassinato, sob tortura, em 17 de janeiro de 1976, do metalúrgico Manoel Fiel Filho numa cela do Destacamento de Operação de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército. Outro caso importante se refere à ex-militares que tem procurado respaldo na Lei de Anistia para serem indenizados. Os processos, majoritariamente, se referem à portaria 1.104, norma editada pelo regime militar, na qual nenhum militar deveria permanecer no mesmo posto por mais

de oito anos. Cabos e soldados que não se adequaram e se habilitaram às necessidades de uma patente maior acabaram por ser exonerados de seus cargos, portanto, alegam serem vítimas da repressão de forma igualitária ao perseguidos do regime. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça criou um grupo, com quatro especialistas, para julgar os 7 mil casos existentes de pedidos de ex-militares e pretende solucionar todos até 2010, dos quais, 5.200 serão julgados em 2009, segundo o presidente da Comissão, Paulo Abrão. Desde 2004, ano em que os militares passaram a ser contemplados por reparações da Lei de Anistia, foram julgados 13.294 processos, sendo 4.856 deferidos e 8.438 negados. Paulo Abrão ainda afirmou que nos próximos casos de pedido de anistia e indenizações vindos de ex-militares "a reparação só cabe a quem foi perseguido político e teve sua vida prejudicada pela ditadura", por isso os julgamentos serão mais rigorosos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 28/02/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 03/03/09; Jornal do Brasil – País – 03/03/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/02/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/03/09).

2- Comandante Militar do Oeste é transferido

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República e o General Enzo Martins Peri, ministro interino da Defesa, assinaram no dia 27/02/08 um decreto de mudança de comando. O general Rui Alves Catão, que era Comandante Militar do Oeste, foi designado para o Comando Militar do Leste, cuja sede fica no Estado do Rio de Janeiro (RJ). Além do RJ, os estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES) também estão sob o Comando Leste. A justificativa para a transferência referiu-se a uma "necessidade de serviço". (O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/02/09).

3- Militar do Exército foi promovido mesmo sob suspeita de crimes

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o Exército promoveu o Tenente-Coronel José Alberto Silveira Ribeiro – Comandante do 8º Batalhão de Engenharia de Construção, localizado na cidade de Santarém, estado do Pará (PA) – a Coronel "por merecimento". Tal ato ocorreu no mês de dezembro de 2008, sendo que Silveira Ribeiro havia sido denunciado, anteriormente, pelo Ministério Público Federal por suposto crime ambiental e crime contra a ordem econômica, além da Procuradoria também tê-lo denunciado por improbidade Administrativa. De acordo com a Lei 5.821 de 1972, um militar não pode ser promovido enquanto esteja sofrendo um processo de denúncia criminal e o Ministério Público Militar analisa reclamações de militares que teriam sido punidos por Silveira Ribeiro ao delatarem suas ações, o que é negado pelo militar. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Exército sabia do processo antes de promovê-lo e o Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex) afirmou que Silveira Ribeiro não quis se pronunciar, mas não existe problema na promoção, pois para a Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando do Exército, o militar encontra-se apenas como "sub júdice". (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/03/09).

4- Documentos e investigações sobre a Ditadura Militar brasileira suscitam novas ações e opiniões

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, propôs ainda para 2009 uma das maiores missões já realizadas pelo governo para tentar localizar possíveis ossadas de guerrilheiros desaparecidos durante a Guerrilha do Araguaia (1969-1974). O ministro calcula que serão gastos 05% do orçamento da Secretaria e pretende contar com o apoio das Forças Armadas, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, familiares das vítimas, legistas e geólogos. A busca, concentrada basicamente em escavações, deve ocorrer antes de setembro de 2009 para evitar o período eleitoral e a estação de chuvas. O ministro afirmou ainda que serão divulgadas no dia 12/03/09 várias medidas referentes ao direito à memória dos cidadãos desaparecidos durante o regime militar, dentre elas um edital que oferecerá um prazo de seis meses para que qualquer indivíduo entregue ao Arquivo Nacional documentos que possuir referentes a ditadura, assim como lançará uma campanha publicitária, por meio do Ministério de Comunicação Social, sobre os desaparecidos políticos. Finalmente, o ministro tem se empenhado junto aos representantes das Forças Armadas para que mais aulas sobre direitos humanos sejam ministradas nas academias militares. Ainda acerca da memória dos desaparecidos da ditadura, a *Folha de S. Paulo* criticou o fato de que o Brasil ainda não tenha definido regras claras para obtenção de informações públicas mesmo tendo se passado quase vinte e cinco anos da posse de um presidente civil. Diferentemente de países como México, Chile, Peru e Colômbia, que já estão garantindo o direito ao acesso de informações públicas, os presidentes brasileiros Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2004-atual) se renderam à diplomatas e militares e, por isso, pouco fizeram para alterar a “cultura do sigilo”. Embora exista um projeto de lei a ser enviado ao Congresso até março de 2009, prevendo o acesso a determinadas informações até então sigilosas, o mesmo ainda necessita de ajustes, pois não há consenso sobre quem será responsável pelo processo de acesso aos dados públicos, bem como se houver recusa no fornecimento de informações o cidadão só poderá recorrer a justiça comum, procedimento que já existe legalmente. Outra obscuridade no texto é de que maneira as instâncias governamentais se organizarão para receber as demandas vindas da sociedade, bem como quem será responsável pelo balanço dos documentos liberados e dos classificados como secretos e ultrassecretos. Recentemente, ativistas dos direitos humanos e a família do ex-presidente da República, João Goulart, deposto em 1964 pelos militares, cobraram a abertura dos arquivos da ditadura e uma investigação sobre as circunstâncias que causaram a morte de Goulart. A família duvida da versão de que o ex-presidente tenha morrido vítima de ataque cardíaco durante uma viagem a Buenos Aires, em 1976, na qual estava exilado, alegando que ele pode ter sido assassinado. Segundo a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em 06/03/09, o governo entregou no dia 05/03/09 um lote com 09 livros de atas manuscritas e datilografadas de reuniões do extinto Conselho de Segurança Nacional (CSN) que funcionou de 1934 a 1988 e estarão disponíveis ao público em 15 dias. Entre os assuntos abordados nas reuniões estão a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as relações conturbadas com a Argentina e o regime militar instalado em 1964. Uma comissão de militares e diplomatas decidiu que 416 linhas terão tarja preta, o que o General

Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, afirmou se tratar de uma intervenção para manter a boa relação com os países vizinhos, pois a maior parte censurada teria sido de expressões “jocosas” e “ofensivas” utilizadas contra países e pessoas e não têm interesse histórico. Em artigo de opinião publicado pela *Folha de S. Paulo* em 05/03/09, Marco Antonio Villa, professor de História do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, afirmou que ser uma incoerência, corriqueiramente cometida, associar o regime militar brasileiro com as ditaduras de Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai. Segundo o professor, o regime militar brasileiro possuiu características próprias, como o incentivo à cultura, educação, especialmente nos programas de pós-graduação, além de outras características como a existência de jornais independentes (não esquecendo, claro, da censura existente) e a estatização de grande parte da economia promovida principalmente pelo governo Geisel (1974-1979). Finalmente, Villa acredita que “o regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos”, pois com toda a movimentação político-cultural ocorrida entre 1964 a 1968, aprovação da Lei da Anistia e eleições para governos estaduais em 1982, o governo dos militares não pode ser caracterizado como uma ditadura, se comparado aos países anteriormente citados. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 02/03/09; Folha de S. Paulo – Opinião – 02/03/09; Folha de S. Paulo – Opinião – 05/03/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 06/03/09; Estado de S. Paulo – Nacional – 02/03/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/03/09*).

5- Estratégia Nacional de Defesa é questionada por autoridades

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército designou que três generais, às vésperas da aposentadoria, atacassem e demonstrassem a insatisfação da Força com a Estratégia Nacional de Defesa. Na reunião do Alto Comando do Exército, no dia 03/03/09, foram apresentados três documentos com críticas ao plano elaborado pelos ministros da Defesa, Nelson Jobim, e de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. Segundo os generais, as Forças Armadas não foram ouvidas na elaboração do plano e um dos documentos diz que a implementação do projeto “ocasionará danos de difícil reparação, os quais poderão redundar em significativo comprometimento do sistema de defesa nacional”. Em outra passagem, o texto classifica o “documento de cunho político, sem respaldo em ideias de consenso nacional e sem uma solução para o principal problema da Defesa: orçamento incompatível com as necessidades de custeio das instituições e de investimento para a modernização dos seus sistemas de armas”; para os generais isto caracteriza uma “politização” da pasta. Tal concentração de poder poderia ocasionar casos de corrupção no processo de compras de armamentos. Conforme os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os documentos, cuja elaboração é atribuída aos generais Luiz Cesário da Silveira Filho, ex-comandante Militar do Leste; Paulo César de Castro, chefe do Departamento de Ensino e Cultura do Exército e Maynard Marques de Santa Rosa, chefe do Departamento Geral de Pessoal, ainda ressaltam mais dois pontos principais: “a criação de um Estado-Maior que representaria as três Forças e que trabalharia junto com a pasta da Defesa, tirando, segundo os militares, autonomia de cada Estado-Maior já existente em Exército, Marinha e Aeronáutica”; e o privilégio da indicação dos comandantes das três forças pelo ministro da Defesa. Os militares afirmam

que, com o Plano Nacional de Defesa, eles podem ser ainda mais distanciados das tomadas de decisões. Os documentos também apelam para que se previna uma "hipertrofia do Ministério da Defesa", e defendem a utilização de cotas para o ingresso nas academias militares. Por outro lado, o comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Julio Soares de Moura Neto, em notícia publicada pelo *Estado de S. Paulo* em 05/03/09, refutou as críticas feitas pelos generais ao Ministro da Defesa e à Estratégia Nacional de Defesa, afirmando que o documento "foi exaustivamente discutido" com as Forças Armadas, tendo passado por grandes mudanças até chegar a uma versão final satisfatória a todos. O comandante negou que o plano nacional de defesa tenha sido imposto pelos ministros Jobim e Unger. (Folha de S. Paulo – Brasil – 04/03/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/03/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/03/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/03/09).

6- Programa F-X2 está em fase final de escolha

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Aeronáutica está analisando as três propostas que chegarão a fase final do programa F-X2, que visa a compra de ao menos 36 novos caças de múltiplo emprego e tecnologia avançada. As propostas finalistas são: o americano F-18 E/F, o francês Rafale C e o sueco Gripen NG. O Comando iniciou no dia 02/03/09 as reuniões técnicas com os fabricantes para obter esclarecimentos adicionais antes da decisão, que será conhecida entre junho e agosto. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/03/09).

7- Chefe do Estado Maior Conjunto estadunidense visita a Amazônia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o chefe do Estado Maior Conjunto dos EUA, almirante Mike Mullen, fez no dia 02/03/09 a sua primeira visita à região amazônica brasileira. Conheceu as instalações militares das cidades de Manaus, Ipiranga e Tabatinga tendo como companhia o Ministro da Defesa Nelson Jobim e os comandantes das Forças Armadas brasileira. (Folha de S. Paulo – Mundo – 03/03/09).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História),

Diego Barbosa Ceará (mestrando em História); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES).